



ECONOMIA

APESC pede investimentos ao Governo para aumentar capacidade de captura

Por **FRETSON ROCHA**, RÁDIO MORABEZA, 20 mai 2024 14:09

A Associação dos Armadores de Pesca (APESC) defendeu, hoje, o equipamento da frota existente com sonares e sistema de frio a bordo para aumentar a capacidade de captura. A ideia é, a curto prazo, conseguir que as cerca de três dezenas de embarcações semi-industriais tenham capacidade de servir à indústria da pesca, e assim deixar de depender da derrogação do acordo de pesca com a União Europeia.

Em conferência de imprensa proferida, esta manhã, em São Vicente, o presidente da APESC, Susano Vicente, disse que o plano vai ser enviado ainda hoje ao ministro do Mar.

“A nossa proposta sempre foi de que é preciso conceder as nossas embarcações, os nossos armadores, capacidade de detectar cardumes e capacidade de congelação a bordo, de forma a empoderar os nossos armadores com essa tal capacidade de operação. E para laborar ao longo da nossa zona económica exclusiva, precisamos de navios atuneiros para tirar proveito do manancial que dispomos. Essa bola passa agora para o governo, porque essa é uma responsabilidade do governo de Cabo Verde”, diz.

O responsável considera que, com recurso às tecnologias que permitam localizar cardumes com precisão e com sistemas de conservação de pescado nas embarcações, é possível abastecer as conserveiras. Susano Vicente olha para a validade da nova derrogação do acordo de pesca entre Cabo Verde e a União Europeia, que vai até 31 de Dezembro de 2025, e alerta que, a médio prazo, é preciso investir numa frota industrial.

“Neste momento, dadas as situações que nós temos, o tempo é efectivamente curto para a remodelação da frota. Mas nós temos as nossas embarcações, que estão a parar. Os armadores têm vindo a fazer grandes investimentos. Mas, ao nível industrial, acho que terá de ser um projecto mais a médio prazo. Mas, a curto prazo, esperemos, pelo menos, que possa ter essa capacidade para reforçar a nossa capacidade industrial, que são embarcações que vão de 12 até 22 metros de comprimento e com capacidade de carga que vão de 15 a 40 toneladas”, defende.

A União Europeia já referiu que Cabo Verde não dispõe de uma frota industrial capaz de servir a sua indústria da pesca, nem está a investir suficientemente na frota. O presidente da Associação dos Armadores de Pesca diz que é altura de mudar o foco e encontrar uma alternativa viável.

“Aquilo que tem vindo a acontecer durante muitos anos é que se tem desviado unicamente para a pesca artesanal. Não somos contra, mas é preciso ver também para a pesca semi-industrial, de forma que a nossa armação possa abastecer as nossas conserveiras e evitar de vez a questão da derrogação. Esta derrogação, supostamente última, mas esta é a oitava última, esperemos que essa seja efectivamente a última e esperemos que o Governo venha a nos chamar para que juntamente possamos encontrar uma alternativa viável”, diz.

A nova derrogação do acordo de pesca entre Cabo Verde e a União Europeia, válida até 31 de Dezembro de 2025, foi publicada no início do mês. A medida permite que o arquipélago exporte produtos de pesca transformados para a União Europeia isentos de taxas alfandegárias e tem sido, ao longo dos anos, a forma encontrada para manter o sector conserveiro a laborar no país, uma vez que a maioria das empresas do sector são de origem espanhola.